



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 097/098

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 22 DE AGOSTO DE 2007

ANO XXXII

### Mesa Executiva

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democrata

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**LUCIANA RAFAGNIN**  
2ª Secretária - PT

**LUIZ ACCORSI**  
3º Secretário - PSDB

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**CHICO NOROESTE**  
5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### Lideranças

Líder do Governo ..... *Luiz Claudio Romanelli*  
Líder da Oposição ..... *Valdir Rossoni*  
PMDB ..... *Waldyr Pugliesi*  
PSDB ..... *Ademar Traiano*  
Democratas ..... *Plauto Miró*  
PT ..... *Elton Welter*  
PP ..... *Duílio Genari*  
PDT ..... *Luiz Carlos Martins*  
PTB ..... *Fábio Camargo*  
Bloco PPS/PMN ..... *Dr. Batista*  
Bloco PSB/PL/PRB/PV ..... *Reni Pereira*

### Representação Partidária

**PMDB** - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira; **Sem Partido** - 01: Geraldo Cartário

## S U M Á R I O S

### **DIÁRIO Nº 097**

### **88ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva .....</b>	<b>03</b>
<b>Presenças .....</b>	<b>03</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>03</b>
<b>Expediente:</b>	
Indicações .....	04
Designações .....	04
Requerimentos .....	05
Projetos de Lei .....	08
<b>Grande Expediente:</b>	
Dep. Jocelito Canto .....	08
<b>Horário das Lideranças:</b>	
Liderança do PT	
Dep. Professor Luizão .....	14
Liderança da Oposição	
Dep. Valdir Rossoni .....	15
<b>Ordem do Dia:</b>	
Leitura do Expediente .....	16
Discussão/Votação	
Redação Final .....	17
2ª Discussão .....	18
1ª Discussão .....	18
Requerimentos .....	19
<b>Encerramento da Sessão .....</b>	<b>24</b>

### **DIÁRIO Nº 098**

### **89ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva.....</b>	<b>25</b>
<b>Presenças.....</b>	<b>25</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>25</b>
<b>Expediente:</b>	
Requerimentos .....	25
<b>Horário das Lideranças:</b>	
Liderança do Governo	
Dep. Luiz Claudio Romanelli ....	26
<b>Ordem do Dia:</b>	
Leitura do Expediente .....	26
Discussão/Votação	
2ª Discussão .....	26
1ª Discussão .....	27
Requerimentos .....	28
<b>Encerramento da Sessão .....</b>	<b>28</b>

## S U M Á R I O

<p><b>DIÁRIO Nº 097</b></p> <p><b>88ª SESSÃO ORDINÁRIA</b></p> <p><b>SUMÁRIO</b></p> <p><b>Mesa Executiva.....03</b></p> <p><b>Presenças.....03</b></p> <p><b>Abertura da Sessão .....03</b></p> <p><b>Expediente:</b></p> <p>Indicações .....04</p> <p>Designações .....04</p> <p>Requerimentos .....05</p> <p>Projetos de Lei .....08</p> <p><b>Grande Expediente:</b></p> <p>Dep. Jocelito Canto .....08</p>	<p><b>Horário das Lideranças:</b></p> <p>Liderança do PT</p> <p>Dep. Professor Luizão ..... 14</p> <p>Liderança da Oposição</p> <p>Dep. Valdir Rossoni ..... 15</p> <p><b>Ordem do Dia:</b></p> <p>Leitura do Expediente ..... 16</p> <p>Discussão/Votação</p> <p>Redação Final ..... 17</p> <p>2ª Discussão ..... 18</p> <p>1ª Discussão ..... 18</p> <p>Requerimentos ..... 19</p> <p><b>Encerramento da Sessão ..... 24</b></p>
---	--

### **DIÁRIO Nº 097**

### **88ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 88ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE AGOSTO DE 2007

(quarta-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência da Sra. Deputada Cida Borghetti, secretariada pelo Sr. Deputado Edgar Bueno e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Fábio Camargo, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos

Martins, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Pérciles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Ademar Traiano, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Elio Rusch, Elton Welter, Francisco Bühner, Miltinho Pupio, Ney Leprevost e Osmar Bertoldi (12).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Nelson Justus e Felipe Lucas (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

#### **Abertura da Sessão:**

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**Expediente:****Indicações****INDICAÇÃO Nº 261/07****SÚMULA:**

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião, ao Secretário da Agricultura e Abastecimento e à EMATER o combate e a prevenção do “greening”.

Sr. Governador, Sr. Secretário, Sr. Presidente da EMATER:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de se propor ao Sr. Governador do Estado, ao Secretário da Agricultura e Abastecimento e ao Sr. Presidente da EMATER a criação de programa de combate e prevenção do “greening”, pelas razões que especifica na justificativa abaixo.

Sala das Sessões, em 22.08.07.

(a) TERUO KATO

**JUSTIFICATIVA:**

O “greening” (do inglês “green”), também chamado huanglongbing (HLB) é doença originária da China que ataca plantas e árvores cítricas e, atualmente, afeta seriamente a Ásia e a África. Essa doença, no Brasil, propagou-se com rapidez pelos pomares paulistas das regiões citricultoras, com resultados devastadores, uma vez que o “greening” mata a planta em menos de um ano e o único modo de erradicá-lo é extrair a árvore contaminada e plantar nova muda sadia.

Para combater o “greening” deve-se fazer a varredura dos pomares cítricos do estado e dos locais em que há plantio de Murta, planta hospedeira da bactéria causadora da doença, que tem como vetor de transmissão o inseto Diaphorina Citri. Essa varredura terá como finalidade identificar as plantas contaminadas e erradicá-las, a fim de diminuir as fontes transmissoras.

O combate, a prevenção e, se necessária, a erradicação do “greening” são medidas urgentes, pois só assim se poderá evitar no estado do Paraná a tragédia que já atingiu e continua a atingir as áreas produtoras de frutas cítricas do estado de São Paulo, onde grandes plantações de laranja tiveram que ser inteiramente extraídas para se evitar o alastramento da doença. Em resultado, grandes prejuízos tiveram que ser suportados pelos produtores e trabalhadores envolvidos no cultivo dessas lavouras, fato que afetou sobremaneira a cadeia de produção e exportação cítrica nacional.

**INDICAÇÃO Nº 262/07****SÚMULA:**

Propõe ao Instituto Agronômico do Paraná - IAPAR, a criação de estação de trabalho especializada no estudo e pesquisa da mandioca em Paranavaí.

Sr. Presidente do IAPAR:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de se propor ao Sr. Presidente do IAPAR a criação de estação de trabalho especializada no estudo e pesquisa da mandioca em Paranavaí, pelas razões que especifica na justificativa abaixo.

Sala das Sessões, em 22.08.07.

(a) TERUO KATO

**JUSTIFICATIVA:**

A região de Paranavaí atualmente concentra, aproximadamente, 50% (cinquenta por cento) da produção de amido do Brasil. São cerca de 35.000 (trinta e cinco mil) hectares de área com plantio exclusivo de mandioca na região noroeste do Paraná. Em Paranavaí concentra-se a maior área de produção, fato que torna essa cidade pólo natural de produção e comercialização de mandioca, e justifica atenção especial do IAPAR na área de estudo e pesquisa da mandioca, a fim de aprimorar o processo produtivo desse insumo e, assim, alancar o comércio regional.

Nesse sentido, fundamental será a implantação de centro de estudos e pesquisa da mandioca em Paranavaí, instituição que poderá agregar em torno de si o melhor da técnica e os produtores da região, em sinergia que resultará em maior desenvolvimento para todos, em todos os âmbitos.

Esse é o sonho de todos os produtores da região que, se partilhado pelo IAPAR, poderá se tornar realidade, razão pela qual se apela a esse renomado instituto para que, mais uma vez, ele escreva na história da agricultura paranaense uma página que, certamente, registrará uma iniciativa de sucesso, que só gerará benefícios ao povo do Paraná.

**Designações****DESIGNAÇÃO**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa o Sr. Deputado Ribas Carli Filho para representar esta Casa de Leis no dias 03 e 04 de setembro de 2007, na cidade de Montevideo, República Oriental do Uruguai, na reunião da UPM - União Parlamentar do MERCOSUL.

Sala das Sessões, em 22.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS

ALEXANDRE CURI

LUCIANA RAFAGNIN

**DESIGNAÇÃO**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, atendendo o disposto no Ato da

Comissão Executiva nº 170/06, designa o Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida para representar esta Casa de Leis na 5ª Reunião do GECCOMBAH (Grupo de Gestão Compartilhada por Bacia Hidrográfica PR/PY, nos dias 29 e 30/08/07, na cidade de Assuncion - Paraguay.

Sala das Sessões, em 22.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS

ALEXANDRE CURI

LUCIANA RAFAGNIN

### DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa o Sr. Deputado Artagão Júnior, para representar esta Casa de Leis na Reunião da Diretoria Executiva da União Nacional dos Legislativos Estaduais - UNALE, a realizar-se na cidade de Aracaju, no estado do Sergipe, com saída prevista para o dia 26 de agosto e retorno para o dia 28 de agosto do corrente ano.

Sala das Sessões, em 22.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS

ALEXANDRE CURI

LUCIANA RAFAGNIN

## Requerimentos

### REQUERIMENTO Nº 2485

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos votados na presente Sessão Plenária e que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 22.08.07.

(a) EDGAR BUENO

### REQUERIMENTO Nº 2484

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o artigo 158 do Regimento Interno desta Casa, REQUER, após aprovação o douto Plenário, seja retirado da Ordem do Dia de hoje, por 5 (cinco) Sessões, o Projeto de Lei nº 341/07, de sua autoria, que dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo à Pecuária de Leite.

Sala das Sessões, em 22.08.07.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

### REQUERIMENTO Nº 2488

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do dia 23 de agosto (quinta-feira), para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 22.08.07.

(a) EDGAR BUENO

### REQUERIMENTO Nº 2496

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Angelo Gislon e Eva Gislon, que completou 50 anos de união conjugal em 31 de julho do corrente, celebrando Bodas de Ouro.

A união do casal iniciou-se com muito amor, e que, por manter as suas raízes no equilíbrio, foi se firmando dia-a-dia, através da convivência ao longo desses anos. Uma vivência progressiva e madura não tende a acabar, mas amplia-se, uma vez que cada um passa a conhecer vícios e virtudes, manias e costumes do outro.

O equilíbrio de amor promoveu a prática da justiça e da bondade, da cooperação e do dever, da afetividade e advertência amadurecidas.

O casamento é uma grande escola e esse casal soube construir seu lar em pilares sólidos, aprendendo a arte do convívio, da fraternidade, da solidariedade, sempre cultivando o afeto e respeito.

Sentimos muito orgulho em compartilhar com o casal, sua família e conhecidos, essa data tão importante que está sendo comemorada. Que, ao renovarem seu matrimônio, Deus, em seu infinito amor, os cubra de bênçãos, guiando seus passos e iluminando suas vidas.

Nossos sinceros cumprimentos, extensivos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.08.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

### REQUERIMENTO Nº 2498

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, REQUER envio de votos de congratulações ao Tuiuti Esporte Clube de Cascavel que completará 58 anos de existência no dia 25 de agosto. Trata-se de tradicional clube esportivo, recreativo e social que surgiu na região oeste em 1949, antes mesmo da emancipação política e administrativa do município, tendo como um de seus fundadores o Sr. José Silvério de Oliveira e o Sr. Florêncio Galafassi foi seu 1º Presidente de honra.

Desejamos parabenizar a todos os dirigentes e demais associados do Tuiuti Esporte Clube de Cascavel, na pessoa de seu atual Presidente, José Roberto Magalhães.

Sala das Sessões, em 22.08.07.

(a) EDGAR BUENO

### REQUERIMENTO Nº 2502

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifes-

tação do soberano Plenário, seja inserido, na Ata da Sessão de hoje, voto de congratulações ao ilustre paranaense José Carlos Campos Hidalgo, pela sua investidura no cargo de Chefe de Gabinete da Prefeitura de Curitiba, acumulando as funções de Secretário de Governo.

Trata-se de uma das figuras maios brilhantes da vida pública de nosso estado. Hidalgo, como é chamado carinhosamente pelos amigos, já ocupou altas funções no Governo do Estado, sempre com muita competência e dignidade irreparável. A administração do Prefeito Beto Richa está de parabéns pela nomeação do novo Chefe de Gabinete. Os munícipes curitibanos são os mais beneficiados, pois o escolhido, com presença marcante na igreja, é homem muito sensível às causas sociais que afligem as camadas pobres e de baixa renda da capital.

Sala das Sessões, em 22.08.07.

(a) ANTONIO BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº 2475

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, envio de expediente à família do engenheiro Marcelo Barbur, apresentando as desculpas deste Deputado pela retirada do Projeto de Lei nº 085/07, que denominaria de Marcelo Barbur o Hospital Regional de Ponta Grossa.

A homenagem justifica-se em razão de ser o Hospital Regional uma grande obra de engenharia, que contribuirá para amenizar as dificuldades na área de saúde da nossa região. Assim, a homenagem visava preservar a memória do pronta-grossense que passamos a admirar pelo trabalho em prol do crescimento de nossa cidade, garantindo o sustento de muitas famílias e a melhoria das condições de vida da nossa comunidade.

Contudo, o Governador do Estado movimentou sua bancada no sentido de impedir que a homenagem partisse do Legislativo, e assim, para evitar que o projeto fosse derrubado ou vetado ao final, entendemos por bem, e por enorme respeito ao homenageado, em retirar o projeto, lamentando a atitude do Executivo.

Esperamos que, em breve, a pessoa do engenheiro Marcelo Barbur possa ser homenageada de acordo com a importância que merece em nossa comunidade, sem que ingerências políticas possam interferir nessa ocasião.

Requer ainda que o expediente seja encaminhado à família citada, através da viúva Milane Fadel Barbur, à R. Sant'Ana, nº 695, ap. 08, Centro, CEP 84010-320, Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 22.08.07.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 2486

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestação do soberano Plenário, seja endereçado ofício à Minis-

tra Ellen Gracie, Presidente do Supremo Tribunal, convidando essa autoridade a visitar esta Assembléia Legislativa, para expor as atividades da mais alta Corte de Justiça da nação, sob seu comando.

A Ministra Ellen Gracie é uma das mulheres mais inteligentes deste país, e, com visão amplamente moderna, a Presidente deu uma nova cara ao STF, com uma administração elogiada por Ministros, Juízes, Procuradores de Justiça e pela imprensa isenta, pois ela tem, como único e notável objetivo, promover justiça para todos que dela dependem.

Considero que seria muito bom e oportuno que esta Casa seja agraciada com a visita de tão admirada autoridade, oportunidade em que todos nós, Parlamentares, poderemos conhecer mais ainda sobre as atividades do STF.

Sala das Sessões, em 22.08.07.

(a) ANTONIO BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº 2472

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Sr. Diretor-Presidente da COHAPAR, Rafael Greca de Macedo, solicitando os seguintes documentos e informações relativos à distribuição de imóveis no estado do Paraná, neste dia que se comemora o Dia da Habitação.

- Se está sendo cumprido o que determina a Lei nº 15301/06, de 04 de outubro de 2006, que determina que todos os programas de loteamentos sociais e de habitação popular do estado do Paraná deverão designar, no mínimo, 20% (vinte por cento) de suas unidades para as mulheres chefes de família.

- Anexar relação de imóveis entregues, por núcleo regional, em todo o estado do Paraná, demonstrando o cumprimento da citada lei desde a data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.08.07.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 2482

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações para a Secretaria de Estado de Obras Públicas, para esclarecer as seguintes questões:

1) em relação ao projeto arquitetônico da construção do Hospital Regional de Ponta Grossa, enviar xerocópia do contrato assinado com a empresa vencedora do certame licitatório;

2) enviar xerocópia do edital de licitação da referida obra;

3) enviar xerocópia do processo licitatório da referida obra.

Sala das Sessões, em 22.08.07.

(a) MARCELO RANGEL

## REQUERIMENTO Nº 2487

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações para a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano, através do ParanaCidade, para esclarecer as seguintes questões:

1) Em relação ao projeto arquitetônico do Hospital Regional de Ponta Grossa, qual a empresa vencedora do certame licitatório?

2) enviar xerocópia do edital de licitação da referida obra;

3) enviar xerocópia do processo licitatório da referida obra;

4) enviar xerocópia do contrato assinado com a empresa vencedora.

Sala das Sessões, em 22.08.07.

(a) MARCELO RANGEL

## REQUERIMENTO Nº 2490

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM ao Sr. Secretário de Estado da Fazenda - SEFA, Dr. Heron Arzua, após ouvido o douto Plenário, informar:

1) Quantas as empresas que se instalaram no território paranaense a partir do ano de 1995, ano a ano, em virtude de concessão de benefícios fiscais autorizados pelo Governo do Estado?

2) Especificar em que consistiam os benefícios concedidos para atração destas empresas e em quais programas estavam embasados?

3) Quanto o estado arrecadou nos anos de 2004 a 2006, ano a ano, e em 2007, mês a mês, proveniente do ICMS diferido em virtude desses incentivos?

4) Quanto representa, em termos percentuais, a arrecadação do ICMS gerado pelas empresas beneficiárias dos incentivos fiscais, nos períodos referidos no item anterior?

5) Pode-se afirmar que, atualmente, mais de 35% da arrecadação do ICMS, foi incrementado ao Tesouro Estadual em razão do pagamento do imposto diferido, além daquele correspondente às operações atuais, realizadas por estas empresas beneficiárias dos incentivos fiscais especiais que as atraíram para o estado?

6) Qual o valor do estoque de ICMS diferido e ainda não pago por essas empresas? Quanto já foi pago e a partir de quando?

Sala das Sessões, em 22.08.07.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, LUIZ MALUCELLI, MARCELO RANGEL e VALDIR ROSSONI.

## REQUERIMENTO Nº 2491

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais,

REQUEREM ao Sr. Secretário de Estado da Fazenda - SEFA, Dr. Heron Arzua, após ouvido o douto Plenário, informar, relativamente ao total da receita proveniente do ICMS - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e Comunicação, qual é o percentual proveniente do setor automotivo estabelecido no estado.

Sala das Sessões, em 22.08.07.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, LUIZ MALUCELLI, MARCELO RANGEL e VALDIR ROSSONI.

## REQUERIMENTO Nº 2494

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação, Maurício Requião, informando e solicitando providências sobre o que segue:

No dia 20 de agosto corrente recebi um exemplar do jornal "Educação - dia-a-dia melhor", Ano V, de julho de 2007, cuja elaboração foi realizada a pedido desta Secretaria. Verificando a foto ilustrativa da reportagem sobre a inclusão das comunidades indígenas e quilombolas, observei que a casa retratada continha duas propagandas políticas, sendo uma referente à minha campanha de 2006 e outra referente à campanha do Sr. Governador.

Muito embora não se trate de ano eleitoral, o fato de constar na foto a imagem do material eleitoral, que poderia ter sido perfeitamente apagado quando da montagem da foto, pode trazer dificuldades tanto para a minha pessoa quanto para a pessoa do Governador.

É fato sabido que respondo à ação de improbidade administrativa simplesmente porque, muito antes da campanha eleitoral de 2000, fui fotografado por um jornalista durante a entrega de um cheque à Santa Casa de Misericórdia de minha cidade. Tal foto, sem qualquer ordem ou interferência minha, foi veiculada no jornal da cidade e o representante do Ministério Público interpretou o fato como campanha eleitoral, ferindo o artigo 11 da Lei nº 8429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).

Sendo assim, venho pelo presente solicitar desta Secretaria mais atenção e cuidado quanto à veiculação de imagens relativas às ações administrativas, evitando vincular nomes e imagens que possam ser interpretadas como campanha política irregular com uso de dinheiro público, bem como quanto às imagens de pessoas (que precisam ser autorizadas expressamente, de acordo com a lei civil), trazendo dificuldades posteriores a pessoas que, como eu, não autorizaram o ato e nem pretendem se beneficiar de qualquer fato ou ação governamental para fins políticos.

Sala das Sessões, em 22.08.07.

(a) JOCELITO CANTO

## REQUERIMENTO Nº 2500

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, seja enviado ao Conselho Estadual de Educação do Paraná, a fim de solicitar informações da real situação do IESDE do Brasil S/A, Inteligência Educacional e Sistemas de Ensino, localizado à Al. Dr. Carlos de Carvalho, 1482 - Curitiba/Paraná, haja visto que milhares de alunos deste estabelecimentos, de diversas regiões do estado do Paraná, têm nos enviado inúmeras reclamações a respeito da demora na entrega do certificado de conclusão, algumas com atraso de aproximadamente 04 anos, visto que, necessitam do diploma para estarem aptos a exercer a profissão. Os mesmos alegam ainda que a Faculdade Dois Vizinhos, do estado do Paraná, conhecida como VIZIVALE, não está aceitando o reconhecimento dos cursos realizados na entidade em questão.

Sala das Sessões, em 22.08.07.

(a) GERALDO CARTÁRIO

## REQUERIMENTO Nº 2495

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da R. Professora Marilene Coradin - bairro Jardim Ceccon - município de Campina Grande do Sul, os quais pedem, em regime de urgência, policiamento ostensivo neste bairro.

Afirmam eles que não há policiamento no local e os ladrões agem livremente. Dias atrás, arrombaram uma residência e levaram um computador novo de uma das moradoras, além de muitas outras ocorrências. Os moradores encontram-se apavorados com a falta de segurança de segurança, motivo de tal reivindicação.

Sala das Sessões, em 22.08.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO Nº 2497

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da região da Vila Nova e Moinho Velho - município de Colombo, os quais pedem, em regime de urgência, policiamento ostensivo nesses bairros.

Afirmam eles que não há policiamento no local, os ladrões agem livremente e ocorrem tiroteios nas ruas, deixando a população apavorada pela falta de segurança.

Sala das Sessões, em 22.08.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**Projetos de Lei**

## PROJETO DE LEI Nº 620/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação São Pedro dos Moradores de Faxinal dos Francos, com sede e foro no município de Rebouças.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.08.07.

(a) PEDRO IVO ILKIV

**JUSTIFICATIVA:**

O projeto da Associação São Pedro dos Moradores de Faxinal dos Francos, no município de Rebouças, Paraná, inscrita no CNPJ nº 80618796/0001-80, tem por finalidade estudar as condições sociais, econômicas, sanitárias; promover e contribuir para a formação e desenvolvimento da vida comunitária do quarteirão; representar os moradores em suas reivindicações; colaborar com os Poderes Públicos, Conselhos e outras entidades na comunidade, dando-lhes conhecimento dos problemas do quarteirão, pleiteando as respectivas soluções.

A aprovação do referido projeto facilitará a esta entidade a execução de seus objetivos, uma vez que poderá contar com recursos oriundos do Poder Público Estadual.

**A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

Gostaria de saudar os nossos visitantes, em nome do Deputado Nelson Justus, Presidente desta Casa de Leis, Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Estamos recebendo a visita dos estudantes da cidade de São José do Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba, alunos da Escola Estadual Barro Preto, da 8ª série. Os melhores alunos da 8ª série do Colégio Estadual Barro Preto. Sejam muito bem-vindos, acompanhados do professor responsável, Sr. Belmiro Floriani. É um prazer tê-los conosco. Também acompanhados do Chefe de Gabinete do Verador Silvio Monteiro, da Câmara Municipal de Pinhais, Marcio Antonio Minati; bem como os visitantes de Parancity, os Vereadores que aqui estiveram, sejam muito bem-vindos.

**Grande Expediente:**

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente.

Passamos ao Grande Expediente. Com a palavra o Deputado Jocelito Canto por 30 minutos.

**Deputado Jocelito Canto (PTB)**

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.



Queremos discutir a questão das televisões. Ando um pouco preocupado com essas televisões. Acho um dever sanarmos as dúvidas.

Em momento nenhum, quero deixar muito claro, fiz algum ataque pessoal dizendo que alguém levou alguma coisa. Mas tenho uma curiosidade em saber o que aconteceu com essas televisões. As chamadas televisões laranjas. Quem pintou essas televisões foi infeliz em escolher a cor. Deu arma para carimbar as televisões. Podia pintar de qualquer outra cor.

Vamos tirar a dúvida. Parece-me que o programa é muito bom. A oportunidade de um professor dar uma aula através dos computadores, através de uma televisão, através de um sistema moderno de comunicação que vai facilitar o incremento dos alunos nessa questão da internet.

Incentivado pelos Deputados aqui presentes, estamos também trabalhando com o computador. Um jeito de melhor se organizar, de armazenar seus conhecimentos e buscar novos conhecimentos.

Estivemos lá verificando e as televisões estão lá. Não deu para contar exatamente quantas são, mas dá para deduzir que devíamos estar perto do número apresentado: 9 mil televisores. Pegamos duas, 3 lá e comprovamos que há o cartão, que há entrada de pen drive.

O que resta agora é fazer um levantamento da proposta toda, de como foi feita a licitação.

Ontem fiz uma sugestão oportuna aqui: pegar a nota da fábrica, quando vier a nota da fábrica, que já foi expedida, a fábrica já expediu. A CCE é uma multinacional. Então, certamente, uma multinacional, quando expede uma nota tem que expedir de acordo com os prazos. Então, esta nota já tem que ter vindo. Então, estou sugerindo, hoje, Deputado Romanelli, Deputado Rossoni, Srs. Deputados, que venha a esta Casa a nota fiscal original das televisões quando estas saírem lá de Manaus. Pronto. Vai acabar o problema e vamos saber quanto ganhou a Cequipel, que é o chamado atravessador.

Alguém perguntaria o seguinte: por que o Governo não comprou as televisões diretamente da fábrica? Porque está aí essa Lei de Licitação e ela determina que as pessoas que tenham cadastro possam se habilitar e, na verdade, essa Cequipel vem a ser uma atravessadora, mas que está legalizada. É a história do leite que sai lá do produtor num precinho, quando passa pelas empresas sobe e termina lá no consumidor com um preço final. É a mesma história das televisões. Não vamos nos enganar aqui para não nos assustarmos depois.

A história das televisões eu comparo ao leite: o produtor vende a 0,01; a indústria põe mais o seu lucro paga 0,05 e o produtor que produziu, que lutou com a vaquinha lá, ganha 0,01, estou dando um exemplo, e chega ao consumidor a 0,05. O consumidor paga 0,05. Esse é o mesmo caso das televisões.

Então, Deputado Luizão, não vamos nos surpreender, porque a Cequipel deve ter tido lucro. Ela não ia participar de uma licitação só para participar, afinal, o

simples fato de entrar numa licitação tem que ter dinheiro. Como será que a CCE vende vinte e duas mil televisões? Como é que vende? Tem que pagar antes? Tem que pagar depois? Então, uma empresa como essa, quando entra numa licitação, naturalmente que ela quer ganhar um dinheirinho e é justo que ela ganhe, porque se habilitou.

Quem nunca foi Prefeito, nunca administrou alguma coisa pública, pensa que tem que pegar na fábrica, mas existe a Lei de Licitação. Infelizmente, quem é que fez a Lei de Licitação? Foram os políticos que fizeram. Os políticos de Brasília. Evidentemente que não fomos nós, mas foi feito em Brasília e tem uma lei para ser cumprida.

Então, neste momento, não vamos nos apavorar e vamos, Deputado Edson, pedir as notas da CCE lá em Manaus. Essas notas foram expedidas. Acho, pelo que disse o Deputado Traiano, que tem uma grande empresa, aqui, que também compra equipamentos em Manaus, que deve sair uma nota geral de expedição e, depois, vêm as guias fracionando as entregas. Eu calculo que é isso. Não sou comerciante, mas o Deputado Traiano me dizia isso.

Acredito que essa nota já foi expedida, há muito tempo, lá em Manaus. Aí se, realmente, o Governo quiser esclarecer agora, pronto! Resolveu! Não vamos ficar mais discutindo o sexo dos anjos! Vamos mostrar a nota da Cequipel, a licitação e a nota de Manaus. Pronto. Acabou, Deputado Romanelli. Não tem mais o que discutir. Vamos pegar a nota da Cequipel; vamos pegar a nota de Manaus; vamos saber de quanto é que foi o lucro. Deputado Rossoni, não podemos ficar bravos se a Cequipel ganhou um lucrinho, se ganhou 100, se ganhou 70, vai dar 2 bilhões. Só temos que contar para o povo que eles ganharam 1 milhão.

Normal, ganhou 1 milhão, ganhou 500 mil. Participou de uma licitação que os outros participaram e não ofereceram mais barato. Quer dizer, eles ganharam. Agora, só precisamos esclarecer essa dúvida para não ficar essa confusão que venha a atrapalhar o programa, Deputado Romanelli, que é bom. Aqui ninguém discutiu a forma do programa. Vamos elogiar o que está sendo feito. Deputado Péricles. V. Exa. que é da Comissão de Educação, a idéia das televisões me parece perfeita. Cada sala de aula com uma televisão moderna, acho isso perfeito.

Sabem por que pairam essas dúvidas? Porque o Secretário é irmão do Governador. Aí entra aquela história de nepotismo, que não pode, que a lei não permite. Aí vem a dúvida: mas, é irmão do Governador. E é o irmão que manda. Todo mundo sabe que o Secretário Maurício Requião é o homem que é ouvido pelo Governador. O Roberto ouviu muito o Maurício. O Maurício sempre é o Coordenador da campanha do Roberto, e assim por diante. Então, há essa dúvida que fica no ar.

Quero sugerir aqui para que não haja dúvidas, ninguém diga que o fulano teve má intenção. Vamos admitir a pior hipótese, Deputado Romanelli. Vamos dizer que o

Governo fez um mau negócio, como disse o Deputado Rossoni, ontem, aqui. Compraria uma televisão a 500; compraria duas a 500; compraria 10 a 500, mas comprando 22 mil televisores, dá para pintar as cores da seleção brasileira na televisão, se quiser, porque a quantidade diminui o preço.

Dou essa sugestão aqui e vou fazer um requerimento, Deputado Romanelli, peço a V. Exa. que não derube o meu requerimento porque tenho a intenção de esclarecer. E pediria aos companheiros que apoiassem para encerrar esse assunto. Não vamos acusar ninguém. Acho que quem não deve, não teme. Manda vir a nota, se é que tem uma nota, deve ter. Acredito que deve ter uma nota de saída de lá. De repente, pode não ter saído a nota, mas acho que tem. Vamos passar esse pedido de informação, vamos verificar os documentos e encerrar esse assunto.

Na pior das hipóteses, vamos vir aqui publicamente e dizer: olha, o Governo fez um mal negócio. O Governo errou, podia ter comprado a televisão, como disse o Deputado Rossoni, por 600 e comprou por 800. Cometeu um equívoco, mas um equívoco legal. Até aqui, Deputado Edson, por mais que o Governo tenha pagado mais, não há crime nenhum. É importante dizer isso. Não há crime nenhum. Não existe. A licitação foi feita no prazo. Os preços, os concorrentes, pregão eletrônico, as televisões estão lá. Está tudo certinho. O Governo comprou dentro da lei. Então, do que podemos acusar o Governo, Deputado Romanelli? De péssimo comprador!

O SR. LUZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Me permite um aparte?

(Assentimento)

Muito obrigado, Deputado Jocelito. Penso que V. Exa. hoje aborda um assunto, embora, claro, com o seu estilo sempre contundente de falar, mas aborda o assunto talvez com a profundidade que ele deva ser tratado. O programa é muito bom, é inovador, é um diferencial na educação pública do estado. Por outro lado, sabemos que podem gostar ou não do fato do Secretário Maurício ser irmão do Governador Requião, mas também sabemos todos nós que é um Secretário da Educação extremamente competente, que tem promovido de fato o diálogo necessário para essa área fundamental de estruturação da nossa sociedade.

Quero dizer a V. Exa. que os esclarecimentos têm que ser prestados. Esta Casa tem o direito de conhecer em profundidade o tema. Respondemos pedidos de informação formulados pelo Deputado Luiz Carlos Martins, que recebeu as informações e não ficou totalmente satisfeito. Foi feito o pedido de informação naquelas lacunas, o pedido foi encaminhado.

Ouvi, ontem, o Deputado Valdir Rossoni fazer daquela tribuna uma pronunciamento. Temos que reconhecer que há algumas coisas em jogo nesse processo. Primeiro, vai esclarecer que a empresa CCE, Deputada Luciana, está instalada no pólo de Manaus. Ela discute

agora com o nosso estado - o nosso Presidente Nelson Justus que articulou e tem articulado a instalação de uma fábrica da CCE aqui no Paraná, a princípio previsto no município da Lapa e agora muito mais provavelmente no município de São José dos Pinhais, segundo eu li na semana passada em uma nota de jornal.

O que está implícito nisso? Sexta-feira, Deputado Jocelito, a assessoria da CCE ligava para o Paraná para perguntar sobre o que estava acontecendo, porque diziam que esta ganhou uma isenção ilícita de tributo fiscal, ou seja, um benefício fiscal. Vejam só, como essas questões que tratamos - uma coisa é a compra do televisor, e vejam como as coisas vão tendo implicações. De repente uma fábrica do porte da CCE, que pode vir para cá, para São José dos Pinhais, gerar 600 empregos, Deputado Luizão. Eu li - V. Exa. sabe que sou um notívago - navego na internet na madrugada. A CCE, hoje, tem 6 mil empregados. Imaginem se pudéssemos trazê-la para o Paraná, mas não é possível, por conta das isenções fiscais da Zona Franca.

Abordando o tema de V. Exa., essa empresa Cequipel, com certeza absoluta, no seu gabinete parlamentar, aqui, todos os nomes foram fornecidos pela Cequipel. Quem é paranaense e conhece essa empresa, sabe que ela é uma das maiores empresas de mobiliário do país e mais, é uma empresa que também atua no setor de tecnologia na área de informática. Os esclarecimentos têm que ser feitos, mas penso que temos que tomar cuidado. Esta Casa tem que tomar cuidado com duas coisas. Primeiro, envolve um fabricante, a CCE, que não conheço ninguém. Segundo, envolve outra empresa paranaense, que também não conheço a pessoa que representa a empresa, mas que é tradicional no nosso estado, que é a empresa Cequipel.

Vamos esclarecer, não precisa nem pedir pedido de informação. V. Exa. não precisa apresentar o pedido se quiser. Comprometo-me e vou diligenciar - eu queria que o Deputado Valdir Rossoni me ouvisse. A empresa, com certeza absoluta, já trouxe 9 mil e 700 televisores, disse aqui o Deputado Praczyk, que foi verificar. Lá tem nota fiscal da vinda da CCE para a Cequipel. Muito mais de 9 mil e 700 televisores transitam pelo nosso país, sem ter os documentos fiscais. Não é isso? Essa operação está documentada. É próprio do sigilo da empresa a questão do preço, mas podemos diligenciar, no sentido que ela informe, de fato, quanto ela pagou à CCE e por quanto ela está vendendo, para poder esclarecer isso.

Penso que V. Exa. fez uma série de considerações e, ao mesmo tempo, acho que temos temas importantes para serem tratados. Nos televisores avançamos muito nessa discussão, mas vamos buscar os esclarecimentos e desmistificar isso, ver quanto a Cequipel pagou à CCE, tem os comprovantes, quanto ganhou, pronto, está esclarecido o tema. V. Exa. nem precisa apresentar o pedido de informação.

Vou solicitar esses documentos e vamos verificar o quanto foi pago. É o fabricante, com a nota do fabricante,

por quanto vendeu, por quanto comprou. Vamos ter uma idéia de qual é a planilha de custo, qual é a margem de lucro da empresa, está indo razoável, está dentro do razoável, é 12%, é 13%, enfim...

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**  
Perfeito.

**O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)**  
É isso?

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**  
Perfeito.

**O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)**

E nós esclarecemos o tema. Acho que não há motivo, nenhuma razão, desculpe-me, Deputado Jocelito, estou fazendo essa intervenção porque percebi que V. Exa., que é sempre muito enfático e foi também nesta fala, mas V. Exa. abordou o tema com profundidade e também o fez ontem o Deputado Valdir Rossoni. Então, quero desmistificar isso. Vamos tratar o tema para esclarecermos isso.

Agradeço o aparte que V. Exa. me concedeu.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Muito obrigado, Deputado Romanelli. Acho que, Deputado Rossoni, temos que acreditar não nos cabelos brancos do Romanelli, mas na careca simpática do nosso querido Romanelli. E baseado nesse pedido, digo-me satisfeito se vierem as notas. Então, para não dizerem que estamos aqui só para fazer confusão, não vou apresentar o requerimento hoje. Eu já iria protocolar na sequência o requerimento das televisões, das notas fiscais. Vamos estipular aqui um período, um prazo. V. Exa. estipule um prazo que assim entender para não dizer depois para contarmos aqui: 1, 2, 3, 4. Acho que essa idéia é boa, vamos esperar as notas. O nosso Líder traz as notas da CCE. Pronto, acabou. O máximo que vamos descobrir é quanto ganhou a Cequipel, é normal uma empresa ganhar. Vamos ver se o estado fez um bom negócio ou não. Concordo plenamente.

Quanto ao Secretário Maurício Requião, eu o acho um cara inteligente, é demais às vezes, mas também acho que até eu seria um grande Secretário do Paraná se tivesse todo esse “cascalho” que está lá, afinal, o estado do Paraná sempre foi 25%, agora está com 30% na educação, e tem dinheiro para todo lado. Eu só lamento, Deputado Marcelo Rangel, que o Governador determinou ao seu irmão, o Roberto determinou ao Maurício, o Secretário, que fizesse, em caráter de emergência, a reforma do nosso instituto em Ponta Grossa, isso há 6 meses atrás.

**O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)**

Dáí, Exa. o senhor sabe o que acontece em contrato de emergência: vai lá um membro do Ministério

Público e entra com uma ação cível pública, por ato de improbidade.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Mas, é melhor do que matar uma pessoa. Deputado Romanelli, essa questão é boa, porque eu posso até ser cassado pela Santa Casa, mas não vou ser cassado por ter matado uma pessoa porque faltou remédio na Santa Casa de Ponta Grossa ou não funcionou o equipamento que colocamos.

Mas, o estado já fez um monte de emergências, fez aí na SANEPAR. Essa questão da PAVIBRAS foi em caráter de emergência também, pode fazer também, já foi feita a da PAVIBRAS. Acho que a escola merece isso, e eu quero reiterar esse pedido porque quem autorizou foi S. Exa. o Governador Roberto Requião, no dia 1º de fevereiro, quando tomamos posse aqui. O Roberto olhou para o Maurício e disse: “Maurício, meu irmão, vamos fazer em caráter de emergência. Aliás, vamos dispensar a licitação, caráter de emergência, e vamos fazer o Instituto em Ponta Grossa”. Aí, o Maurício respondeu a Roberto: “Claro, Roberto, se você determina, eu, Maurício, faço”. É por isso que estou cobrando.

Concedo um aparte ao Deputado Marcelo Rangel.

**O Sr. Marcelo Rangel (PPS)**

Deputado Jocelito Canto, parabéns pelo seu pronunciamento. O senhor falou que as pessoas até confundem o trabalho parlamentar com confusão. Não estamos fazendo confusão, não, esse é o papel de cada Deputado: é investigar se o dinheiro do povo do Paraná está sendo bem aplicado.

E o pronunciamento do Deputado Romanelli foi importantíssimo, porque eu ia citar justamente a questão da implantação da fábrica da CCE no estado do Paraná. Se não me engano, a licitação das TVs aconteceu em dezembro do ano passado, 2006.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Doze de dezembro do ano passado.

**O Sr. Marcelo Rangel (PPS)**

Exatamente. Pois bem, o processo de implantação da fábrica da CCE também está acontecendo no mesmo período e os Diretores da CCE, muitas pessoas não sabem, mas os Diretores da CCE estiveram aqui na Assembleia Legislativa, desceram com o aviãozinho no Bacacheri, visitaram o Presidente, Secretários, Deputados e se dirigiram para o Palácio das Araucárias. Só para deixar registrado que existe o processo de implantação da fábrica da CCE e o Deputado Romanelli falou muito bem: “Isso tudo pode prejudicar o andamento.” Pode, pode prejudicar. Será que os dirigentes, os Diretores dessa fábrica já sabiam dessa licitação dos 22 mil televisores quando vieram ao estado do Paraná para visitar o Presidente e também o Sr. Governador?

Era isso que eu gostaria de deixar registrado.

#### O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

E eu gostaria de, ainda no discurso do Deputado Romanelli, dizer o seguinte: que não se coloque uma cortina de fumaça se acaso não vier a CCE. De repente entrou água na CCE e ela resolve não vir para o Paraná, não venham depois dizer que foi o caso que a Assembléia fiscalizou aqui! Quero deixar claro - até porque o Deputado Romanelli deixou o gancho aberto aqui que isso pode prejudicar - não tem nada a ver uma coisa com a outra. Implantação é uma coisa, compra é outra! Quero deixar isso aqui para não confundirem depois e dizerem que a Assembléia atrapalhou. Pelo contrário, a Assembléia está ajudando, porque o nosso Presidente, Nelson Justus, é um dos que mais têm trabalhado para a vinda da CCE para o Paraná, porque ele foi Secretário do Governo anterior.

Eu só queria deixar este manifesto aqui e torcer, Deputado Marcelo. Fiquei feliz, hoje, aqui. Acho que meu pronunciamento foi importantíssimo, não é Deputado Valdir Rossoni? Acho que ele dá um tempo no negócio das televisões, vamos aguardar as notas e eu queria pedir ao Deputado Rossoni, temos aqui um dos grandes Auditores da Receita Estadual, entre nós, casualmente está ao seu lado, o nosso eminente Reni Pereira, um dos maiores conhecedores de notas fiscais deste estado e que é Deputado nesta Casa, Deputado Reni, se depender de mim, mas acho que também do Deputado Rossoni, V. Exa. seria nomeado o recebedor oficial dessas notas. Neste momento, senhoras e senhores, o Deputado Rossoni, Líder da Oposição, cumprimenta e faz um gesto simbólico que sim, que o nosso eminente Deputado Reni Pereira, por quem tenho a maior admiração, que é o hábil homem das notas, haverá de fazer o levantamento dessas notas.

Concedo o aparte, com todo prazer, ao Deputado Reni Pereira.

#### O Sr. Reni Pereira (PSB)

Deputado Jocelito, já que V. Exa. me nominou, tenho obrigação de falar.

Percebi ontem o seu relatório, infelizmente não há essa possibilidade, eu estudei essa questão na Comissão de Fiscalização, quando houve uma denúncia por parte da Gazeta do Povo, inclusive nesse novo Regimento nós temos que ver isso, porque as comissões da Assembléia podem convocar e requerer a presença de Secretários, mas não do 2º escalão da Receita, e nesse caso envolve o sigilo fiscal. É lógico que se, eventualmente, uma CPI for aberta, pode se solicitar as notas fiscais.

Agora, não são obrigados, nem a Receita Estadual nem mesmo os contadores a oferecer isso, porque envolve sigilo fiscal. V. Exa. tem razão, teve que acontecer de sair uma nota fiscal da indústria para a empresa, mas eles não são obrigados a apresentar para a Assembléia.

#### O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sra. Presidente, vou usar o horário do PTB. Deputado Reni Pereira, se não me falha a memória, poderia-

mos também, se houver necessidade, eu já participei de uma aqui nesta Casa, de convocarmos uma Sessão Secreta. Existe no Regimento Interno desta Casa a chamada Sessão Secreta em proteção à lei. Poderemos nos reunir secretamente para ver as notas, se for o caso, isso pode. Se a legislação não permite, podemos requisitar e nos reunir secretamente. Diz a lei que pode haver uma Sessão Secreta na Assembléia. Já participei de uma quando roubaram o BANESTADO, naquela ocasião eu participei de uma. Continua o roubo, não deu nada, mas enfim eu participei daquela.

Fico satisfeito que o Deputado Romanelli, olha, preciso subir todo dia na tribuna a partir de hoje, o Deputado Romanelli disse que eu falo bem, que eu falo com eloquência, isso é um dom que Deus me deu e a minha experiência de radialista, de falar todos os dias 3, 4 horas por dia, isso me dá a oportunidade de poder me expressar bem e poder ser entendido. E estou sendo compreendido. Passamos vários dias aqui não sendo compreendidos e hoje fiz o pronunciamento muito pausadamente, calmo e conseguimos que o Deputado Romanelli assuma o compromisso de trazer notas da Cequipel e notas da CCE. No meu ponto de vista, não vou nem apresentar o requerimento hoje vou dar mais uma vez a oportunidade para o Líder.

#### O Sr. Ribas Carli Filho (PSB) (Aparte)

Só quero alertar, é a primeira vez que me pronuncio a respeito dos televisores, porque há muitos dias já estão discursando, fazendo intervenções com a Liderança do Governo e até agora, de concreto, nada! Trouxeram a televisão, trouxeram o programa, trouxeram o pen drive, mas nada disso nós questionamos. Não é o programa, não é a televisão, são os valores, as notas, é isso que queremos. Temos que ter muito cuidado ao fazermos esses acordos, porque muitos dos acordos em que se retiraram os pedidos de informação não foram cumpridos pela Liderança do Governo. Isso pode ser comprovado pela mesa e pela própria Liderança da Oposição.

Só para registrar a posição sobre esse assunto.

#### O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Lá no meu gabinete tem uma coisa que os radialistas usam, que é arquivo de voz. O que V. Exa. acaba de falar, aqui, está gravado no meu computador. A minha assessoria tem um trabalho maravilhoso, que tem até códigos com o seu nome. Não sei se algum Deputado tem esse programa, mas eu tenho, por ser radialista. V. Exa. fique tranquilo, se passar algum tempo e a coisa não funcionar, eu retiro a voz do Deputado Romanelli e pego um gravadorzinho de radialista e ponho aqui para lembrarmos a cada dia. Acho que o Deputado Romanelli merece essa confiança.

E, Deputado Artagão, Presidente da Comissão de Fiscalização, até acho que essas notas poderiam vir para a Comissão de Fiscalização, que é fechada, para analisarmos lá. Esse é o papel da Comissão: receber essa docu-

mentação, fazer uma avaliação, não atacar ninguém, porque acho que não se pode atacar alguém e dizer: esse roubou, e depois você não prova. E daí é a injúria, a calúnia, quem já passou por isso sabe. Vamos pegar as notas e parar com essa conversa fiada. Vamos pegar as notas, a licitação. Está na licitação o pen drive ou não? Qual é a diferença? Vamos convocar um técnico.

Deputado Artagão, acho que V. Exa. está no momento correto de dar essa decisão, de fazermos isso na Comissão e encerramos o assunto televisão. O máximo que vamos chegar é que o Governo, de repente, comprou um pouquinho mais caro. Não é ilegal, comprou, naquele momento, o mercado é flutuante, o mercado estava para cima e de repente o mercado flutuou para baixo.

**O Sr. Artagão Júnior (PMDB) (Aparte)**

A nossa Comissão foi provocada na última semana a entrar nesse assunto. Só quero fazer uma correção no que disse o Deputado Carli, no sentido de que não houve um questionamento da existência da conexão USB ou não, que não houve o questionamento das televisões ou não. Esse questionamento, Deputado Fernando, foi feito na última quinta-feira pelo Deputado Rossoni, Líder da Oposição. A comissão agiu de pronto, demonstrando, inclusive o Deputado Praczyk que não é da comissão, foi um dos agentes justamente para verificar a existência do acesso da entrada USB.

Com relação à questão das notas fiscais que V. Exa. solicita hoje, a nossa comissão estará reunida, tão logo termine a 2ª Sessão. Teremos duas Sessões hoje, Temos na pauta já os assuntos gerais, justamente para deliberar sobre essas solicitações que por ventura se fizerem necessárias, uma vez que já temos o compromisso do nosso Líder do Governo, de fornecer essas notas fiscais. Não vejo necessidade alguma, inclusive naquele documento que V. Exa. tem, assim como o Deputado Praczyk tem, existem as datas e os números das notas fiscais com o respectivo volume de televisores entregues à Secretaria.

Então, a partir daquele primeiro documento, as notas fiscais podem ser fornecidas e, naturalmente, a comissão pode fazer o encaminhamento final, como já fez esse inicial.

Mas é importante ficar claro, que no aspecto da comissão, aquilo que foi provocado na última semana foi esclarecido. Esse é um assunto novo e a comissão, como sempre, V. Exa. faz parte, sabe, agirá de pronto e faremos a solicitação de todo e qualquer documento que seja necessário.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

V. Exa. nasceu em Ponta Grossa, em Periquitos, é ponta-grossense com muito orgulho. V. Exa. já foi Gerente de uma loja de automóveis, da Toyota, em Ponta Grossa, para orgulho nosso, quando convivemos com V. Exa. lá.

Queria perguntar a V. Exa: Quando vem um carro da Toyota, quando sai uma nota fiscal lá, quando chegam os cegonhas, a nota fiscal vem com um valor que é pago lá e depois a empresa coloca o lucro em cima, os impostos, e daí transfere para outra pessoa.

É assim que funciona?

**O Sr. Artagão Júnior (PMDB)**

A nota fiscal vem com o valor do produto.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Saída de lá?

**O Sr. Artagão Júnior (PMDB)**

Valor pago pelo produto.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Daí a empresa faz uma outra nota, para vender para a pessoa?

**O Sr. Artagão Júnior (PMDB)**

Certo.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Anota o lucro.

**O Sr. Artagão Júnior (PMDB)**

A empresa pode fazer uma nota com valor superior ou inferior, depende do valor que ela está vendendo o produto. A margem do lucro estaria embutida ou do prejuízo pode estar embutido.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Era isso, muito obrigado. Queria que V. Exa. só dissesse isso, porque agora estou correto, porque está falando não o Deputado, mas o empresário que comprava carros, revendia e me dá realmente a idéia que estou certo. Saiu a nota lá, a nota tem que chegar aqui, tem que sair uma segunda nota.

Deputado Rossoni, concedo um aparte.

**O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)**

Deputado, eu vi o Líder do Governo e agora vou ficar aguardando. Concordo com o posicionamento de V. Exa.

Agora, há de ser dizer aqui, o Deputado Artagão, que em nenhum momento nós pedimos para ver o televisor, porque quem não conhece televisor? Quem não conhece a cor laranja? Quem não conhece o USB e o pen drive? Nós conhecemos. O questionamento sempre foi em cima da questão dos valores. Por essa razão, a presença do televisor não esclareceu nada aqui, porque a entrada do USB era só dizer que tinha, ninguém estava colocando em dúvida.

Até porque ontem, o Deputado Praczyk foi buscar o preço do USB e do cartão de leitura um custa R\$ 8 e o

outro custa R\$ 12, que 8 mais 12 são R\$ 20 reais e fica esclarecido.

Mas vamos agora ter paciência. Vamos agora aguardar a nota de entrada da mercadoria da empresa na indústria de móveis de São José dos Pinhais, e a nota de indústria de móveis de São José dos Pinhais, que pela primeira vez vendeu televisores, para a TV Educativa.

Vou aguardar, Deputado Jocelito, aceito o seu posicionamento e concordo com V. Exa.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Acho que esse bate-papo foi produtivo, ninguém acuse os Deputados de querer só atrapalhar. Esse bate-papo aqui, de radialista para Líder do Governo, funcionou.

Lá em Ponta Grossa tem um jornalista que me chama de dublê de Deputado radialista e Deputado. Veja que às vezes o dublê da certo.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

Devidamente registrado e bem-vindo a esta Casa de Leis, Casa de todos os paranaenses.

### ***Horário das Lideranças:***

Horário das Lideranças, consulto o PDT; o Bloco PPS/PMN, Bloco PSB/PL/PRB/PV; Democratas; PP.

PT. Concedo a palavra ao Deputado Professor Luizão.

### ***Liderança do PT: Deputado Professor Luizão***

**O SR. PROFESSOR LUIZÃO**

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores e senhoras aqui presentes.

Me inscrevo para estender um convite aos Deputados e Deputadas que, na próxima sexta-feira teremos a visita do nosso Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Ele estará no município de Piraquara. A princípio o Presidente viria para o Centro de Convenções ou Canal da Música e conseguimos fazer um convencimento para que ele fizesse esse lançamento do PAC no Paraná num bairro que vai ser o maior investimento em ocupação irregular do Brasil, serão quase R\$ 100 milhões aplicados no município de Piraquara, na região do Guarituba, que vai beneficiar em torno de 40 mil pessoas que hoje vivem numa área de ocupação irregular, em péssimas condições de moradia. E esse investimento vai significar uma grande transformação naquela região. O Presidente Lula estará lá na região na sexta-feira às 10h00. Quero estender o convite a todos os membros da Assembleia Legislativa.

Também nesta oportunidade o Presidente estará assinando os convênios do PAC, que vai atender diversos municípios do Paraná, a grande maioria dos municípios

da região metropolitana de Curitiba e também em Curitiba, onde serão beneficiadas várias áreas para obras de urbanização.

Alguns dos municípios eu cito aqui que são os seguintes: Adrianópolis, Almirante Tamandaré, Ampére, Araucária, balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Cascavel, Céu Azul, Colombo, Contenda, Curitiba e Fazenda Rio Grande, além do município de Pinhais, onde existem diversas áreas necessitando de urbanização e estão previstos em torno de R\$ 30 milhões, e Piraquara, que foi a maior área, repito, de urbanização e ocupação irregular do Brasil. São quase R\$ 100 milhões que vão transformar uma região de mais de 40 mil pessoas.

Nesse dia também o Presidente vai fazer o lançamento de outros investimentos do Paraná, não apenas nas áreas de moradia, de urbanização de favelas, de ocupações irregulares, mas também de pavimentação de rodovias; de construção da segunda ponte ligando o Paraná, Foz do Iguaçu ao Paraguai; adequação do contorno leste de Curitiba; construção do corredor ferroviário do Paraná na região de Guarapuava; construção e recuperação dos berços do porto de Paranaguá e as usinas hidrelétricas que serão construídas no Paraná e aqui estão em estado avançado de licitações para início da obra, que é a Usina Hidrelétrica de Mauá.

Também quero falar de um outro assunto que é em relação ao transporte coletivo na região metropolitana.

Estamos acompanhando pela imprensa, várias denúncias envolvendo URBS que administra o transporte coletivo de Curitiba e região metropolitana. Uma falta de transparência, uma falta de participação dos municípios da região metropolitana no gerenciamento do transporte coletivo. E quero convidar os Deputados e as Deputadas da região metropolitana para organizarmos uma frente, uma comissão, Deputada Rosane Ferreira, Deputada Beti, para que formemos uma comissão dos Deputados da região metropolitana de Curitiba para que possamos nos preocupar mais especificamente com os assuntos da Região Metropolitana de Curitiba, de maneira especial essa questão do transporte coletivo, porque temos agora em setembro a renovação do contrato da COMEC, com a URBS para gerenciamento do transporte.

Estamos acompanhando uma licitação, que está sendo discutido um projeto de lei na Câmara de Curitiba, que vai licitar linhas de toda a região metropolitana, são mais de 400 linhas. E os Prefeitos da região metropolitana, os Vereadores, enfim, os usuários, não estão participando dessa discussão, e nem nós Deputados. Quando é que nós, Deputados da região metropolitana, fomos convidados para participar de uma reunião para discutir o gerenciamento do transporte coletivo nos municípios que nos interessam?

**O Sr. Tadeu Veneri (PT)**

V. Exa. me concede um aparte?

**(Assentimento)**

Quero cumprimentá-lo pela intervenção que vem fazendo com relação à região metropolitana, e acho que esse debate é oportuno, e eu diria até que temos aqui na Assembléia Legislativa uma Comissão de Assuntos Metropolitanos. E poderíamos fazer, acatando inclusive a sua sugestão, além dessa frente, fazermos com que a Comissão de Assuntos Metropolitanos também se envolva nesse debate a respeito da licitação das novas linhas que serão adequadas à região metropolitana, porque sem dúvida nenhuma, a região metropolitana que terá em breve mais de 2 milhões de habitantes, e que algumas cidades, como a Fazenda Rio Grande por exemplo, chegarão a 450 mil habitantes, precisa ter uma atenção específica no que diz respeito ao transporte.

Então, além de parabenizá-lo, eu quero fazer aqui, junto com V. Exa., uma sugestão para que através da Comissão de Assuntos Metropolitanos, possamos fazer esse debate também com essa frente possivelmente criada na Assembléia Legislativa para pensar na região metropolitana.

#### O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Certo, Deputado Veneri. Acho importante a Comissão de Assuntos Metropolitanos, que envolve outras regiões também que se envolva nessa questão da principal região metropolitana do Paraná. Mas vou insistir numa comissão dos Deputados para discutirmos especificamente os municípios da região metropolitana de Curitiba, para que tenhamos uma voz mais ativa nessa questão do transporte coletivo.

Também gostaria, Presidente de entrar um pouco nessa polêmica dos televisores. Tenho acompanhado a discussão a respeito dos televisores, e eu como professor, tenho acompanhado as escolas do Paraná e é grande a expectativa de que esses televisores cheguem às escolas. Acredito que será uma grande evolução no ensino do Paraná, porque há muitos anos o único material didático que temos, além do livro, é o quadro e o giz. E sem dúvida nenhuma, na era da informática, na era da tecnologia, um televisor em cada sala de aula vai significar uma grande evolução no ensino do Paraná, vai ser um grande instrumento nas mãos dos professores deste estado.

Quero fazer uma observação em relação à discussão dos valores dos televisores. Não estou aqui para dizer se está cara ou se está barata a compra dos televisores, a questão que quero levantar é a seguinte: é que eu vejo que o discurso de você fazer uma cotação de um televisor hoje e comparar com os televisores, Deputado Rossoni, que o edital foi lançado há 1 ano atrás, ele tem que ser pensado de forma diferente, porque há 1 ano atrás 1 televisor com entrada para cartão-memória, um televisor com entrada para pen drive, custava um valor; assim como os equipamentos de informática e os equipamentos eletrônicos, de 1 ano para cá diminuíram muito o valor.

Gostaria de ter, para efeito de comparação, na época do lançamento do edital que foi em novembro,

dezembro, o preço de um televisor por um outro fabricante, com as mesmas características, porque um pen drive, em dezembro do ano passado, custava um valor e hoje se compra por um valor infinitamente menor.

Para fazermos uma comparação mais verdadeira, temos que ter o valor de um televisor com as mesmas características de outro fabricante na época do lançamento do edital, em torno de novembro do ano passado. Aí poderemos fazer uma comparação verdadeira, se está superfaturado ou não.

Muito obrigado!

#### O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (*Pela Ordem*)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Que o Presidente Lula seja bem-vindo ao Paraná, que traga boas notícias, não apenas festa.

O Presidente Lula está destinando alguns bilhões para o combate à violência, para devolver a segurança que o povo está reclamando.

E, lamentavelmente, a minha cidade que é uma das mais violentas do Paraná, a cidade de Londrina, foi esquecida pelo Presidente Lula.

O Presidente Lula não destinou 1 centavo sequer para combater a violência em Londrina. Quero aqui estranhar que a assessoria do Presidente Lula - que isso é coisa de assessoria - não deve gostar da cidade de Londrina.

Então, o povo lá vai continuar amargando com a onda de violência, de criminalidade, que tanto assusta. O justo seria o Presidente Lula pedir desculpas pelo equívoco e colocar verba para que Londrina combata a violência.

Muito obrigado!

#### A SRA. PRESIDENTE (*Cida Borghetti*)

PSDB, PMDB.

(*Declinam*)

Liderança da Oposição. Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

### *Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)*

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estou trazendo uma boa novidade. Encontrei algo sensacional do Governo - SANEPAR.

Para não passar em branco a quarta-feira, vou citar aqui os valores dos salários da SANEPAR. Olha, não há mais como questionar salário de Deputado.

O Presidente da SANEPAR ganha hoje R\$ 22 mil, 832. Quero dizer que já dá para trocar pelo cargo de Governador. Quanto ganha o Governador, hoje? Vinte e quatro mil. Você imagine: o Presidente da SANEPAR ganha R\$ 22 mil, 832. Aí o Coordenador, o Chefe da Diretoria Financeira recebe apenas R\$ 18 mil, 265. O Presidente da SANEPAR, ao receber R\$ 22 mil, 832 tem

5 Diretores de Assistente; 5 Assessores de Diretor e uma Secretária. O Chefe da Diretoria Financeira tem 2 Assistentes de Diretor; 4 Assessores de Diretor; uma Secretária; 3 Gerentes e 6 Coordenadores.

Veja que alegria, Deputado Luizão, veja que fantástico: o Diretor Administrativo recebe R\$ 18 mil, 265. Esse, realmente, merece o salário que tem, porque é um ex-Parlamentar desta Casa, do PT, e tem notória competência e eu reconheço. Não estou criticando o ex-Parlamentar, o Hermes Fonseca, mas estou dizendo que o prêmio foi bom. Ele recebe o salário de Diretor Administrativo de R\$ 18 mil, 265.

Vamos levando para frente. Aí tem o Diretor de Operações. Veja que máquina enxuta essa diretoria da SANEPAR. A diretoria de operações tem um salário de R\$ 18 mil, 265. Para os senhores terem uma idéia, tem a diretoria de relações com investidores. Esse Diretor para investidores deve ter uma importância muito grande lá dentro. Ele recebe mais 18 mil. Aí tem uma diretoria de meio ambiente. Esta justificativa, pois estamos num momento de cuidar do meio ambiente e até merecia receber mais. Ele recebe R\$ 18 mil também. Aí tem diretoria de investimentos, Heitor de Mello e Silva, que recebe apenas R\$ 18 mil, 265. Estou falando só de diretoria. Não falei de nada fora de diretoria.

Tem, também, a diretoria comercial. Enxuta essa máquina, Tadeu Veneri. Enxuta! Diretoria comercial: R\$ 18 mil, 265. Aí tem a diretoria jurídica: R\$ 18 mil, 265. Aí quero dizer aos senhores: sabe quantos cargos de confiança tem a SANEPAR? Trezentos e trinta e três. Gostaria de fazer uma pergunta: esse custo de todas essas diretorias sai do bolso de quem?

Quero fazer uma ressalva porque, além do Deputado Hermes Fonseca, que é de notório conhecido e nós respeitamos, foi um grande Parlamentar nesta Casa, também o Deputado Stica foi contemplado como Diretor Comercial e tem conhecimento dessa área, também recebe mais uma diretoria, R\$ 18 mil.

O que me assusta, Deputado Cartário, é o número de cargos: 333 cargos de confiança. Quer dizer, a eficiência administrativa da SANEPAR nós já batemos aqui, em seguro, já batemos em aditivos, em reequilíbrios, já batemos em tudo nessa SANEPAR, mas, eu ainda não tinha conhecimento de que é melhor ser Diretor-Presidente da SANEPAR do que Governador, porque acredito que o Governador tenha muito mais ocupação do que o Diretor-Presidente da SANEPAR; muito mais problemas. Se o Diretor da SANEPAR recebe R\$ 22 mil, o Governador tinha que receber pelo menos R\$ 100 se for fazer justiça pelo trabalho que executa e que exerce.

Então, Deputado Cartário, com aparte.

#### **O Sr. Geraldo Cartário (Sem Partido)**

Deputado Rossoni, esses cargos todos que V. Exa. acaba de numerar, com esse valor, certamente que a Assembléia começa a advogar o que vêm divulgando contra nós. O seu pronunciamento é motivo da imprensa

começar a divulgar o salário dos cargos de secretarias de estado, de diretorias, não é só a SANEPAR, é COPEL, COHAPAR, enfim. E, certamente, vamos poder cumprir a nossa missão aqui que é de divulgar aonde se gasta o dinheiro do povo.

Fico lamentando que a SANEPAR proceda ao corte de água de uma família pobre porque não pagou R\$ 10, embutidos na conta da água que é a taxa do lixo. Ou seja, tarifa social e taxa do lixo, a pessoa não tinha R\$ 20 para pagar e ficou sem água. Veja a grande diferença.

Cumprimento-lhe e certamente que V. Exa., como Líder da Oposição, haverá de trazer outras divulgações sobre o erário público, para que não digam que apenas os Deputados têm salários, porque a imprensa a toda hora está falando, 12 mil o salário de um Deputado e agora ficamos estarelecidos em tomar conhecimento do que V. Exa., com tanta propriedade, está trazendo a todos nós.

Muito obrigado.

#### **O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Para concluir, apenas para que esta Casa tenha conhecimento, Deputado Douglas, tenho certeza absoluta que na semana que vem virão informações de quanto custa a COPEL, porque agora vai suscitar dúvidas. É por isso que as informações chegam.

Quero só dizer que o custo administrativo da SANEPAR, a administração da SANEPAR custa R\$ 2 milhões, 167 mil. É natural que esse custo seja dividido em Diretores, Diretores e Diretores. E para nosso espanto, a informação que temos é que nos últimos anos diminuiu o investimento em água e tratamento de esgoto. Quer dizer, não tem como fazer isso, porque com esse número de diretorias ganhando esses salários fantásticos.

É importante ser registrado aqui nesta Casa, porque temos divergido frontalmente da forma como a SANEPAR é administrada, da forma que é dirigida. A prova disso, estão aí todos os indícios de irregularidades que temos levantado. Com esse número de Diretores, certamente poderia ser dada uma melhor atenção a esses questionamentos que temos feito aqui.

Deputado Romanelli, agradeço a sua atenção.

### ***Ordem do Dia:***

#### **A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

### ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Indicação nº 261/07, de autoria do Sr. Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado, ao Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento e ao Sr. Presi-



dente da EMATER o combate e a prevenção do “greening”. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 262/07, de autoria do Sr. Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Presidente da IAPAR - Instituto Agrônômico do Paraná, a criação de estação de trabalho especializada no estudo e pesquisa da mandioca em Paranaíba. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designando o Deputado Ribas Carli Filho, para representar esta Casa de Leis nos dias 03 e 04 de setembro de 2007, na cidade de Montevideu, República Oriental do Uruguai, na reunião da UPM - União Parlamentar do MERCOSUL. **Aprovado.** **À Diretoria Legislativa.**

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designando o Deputado Luiz Eduardo Cheida, para representar esta Casa de Leis na 5ª Reunião do GECCOMBAH - Grupo de Gestão Compartilhada por Bacia Hidrográfica Paraná-Paraguay, nos dias 29 e 30 de agosto de 2007, na cidade de Assunción-Paraguay. **Aprovado.** **À Diretoria Legislativa.**

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designando o Deputado Artagão Júnior, para representar esta Casa de Leis, na reunião da Diretoria Executiva Nacional dos Legislativos Estaduais - UNALE, a realizar-se na cidade de Aracajú, no estado de Sergipe, nos dias 26 a 28 de agosto de 2007. **Aprovado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Pedro Ivo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

O SR. TERUO KATO (PMDB)

Pela ordem, Sra. Presidente?

**(Assentimento)**

Queria registrar a presença do Sr. Lauro Machado, Presidente do PMDB de Paranaíba e do companheiro Rogério Lorenzetti, também do PMDB de Paranaíba.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Devidamente registrado. Sejam todos bem-vindos.

Antes de voltarmos a Ordem do Dia, o Presidente Nelson Justus tem a honra de convidar, amanhã, os nobres Deputados e Deputadas desta Casa, para a Sessão Solene comemorativa ao Dia do Soldado, por proposição do Deputado Plauto Miró Guimarães, a realizar-se às 10h do dia 23 de agosto, neste plenário.

Tendo em vista o plenário ser transformado em Sessão Solene, o Deputado Edgar Bueno requer que seja antecipada a Sessão Ordinária do dia 23 de agosto, para logo após esta Sessão.

Está em votação o Requerimento nº 2488, constante do expediente.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

**Aprovado.**

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Pela ordem, Sra. Presidente?

**(Assentimento)**

A Associação dos Procuradores do Estado do Paraná nos fez uma visita, hoje, em nosso gabinete, encaminhando um convite a todos os Deputados, para no dia 29 próximo, um café da manhã na sede da Procuradoria, com a presença de alguns Juízes Federais, para discutir conosco esse problema do pedágio e uma série de questões. E também para colocar-se à disposição desta Casa, a Procuradoria do Estado, para todos os tipos de informação que os Deputados precisarem de conhecimento. Eu acharia importante a presença dos Deputados, no dia 29, aqui tem o endereço. Será importante a presença dos Deputados nesta reunião.

Obrigado.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Pela ordem, Sra. Presidente?

**(Assentimento)**

Também para lembrar, na mesma linha do Deputado Dobrandino, que na semana que vem, quarta-feira, dia 29, às 9h da manhã, por proposição nossa, junto com o Deputado Cheida, teremos no Plenário da Assembléia uma Audiência Pública, para discutir a lei do Agrotóxico.

Deixar o convite a todos os presentes, para que possam participar desse importante evento, aqui na Assembléia Legislativa.

O SR. TERUO KATO

Pela ordem, Sra. Presidente?

**(Assentimento)**

Gostaria de registrar a presença do Presidente da Associação Comercial de Paranaíba, Sr. João Roberto.

## ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## ***Redação Final***

### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 497/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de utilidade pública o Centro para o Resgate à Vida Esperança - CEPES, com sede e foro no município de Apucarana. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 497/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Centro para o Resgate à Vida Esperança - CEPES, com sede no município de Apucarana e foro no município de Arapongas.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 21.08.07.  
(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

**2ª Discussão**

**ITEM 02**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 143/07, de autoria do Deputado Dr. Batista, que institui no Estado do Paraná, o Programa de Combate à Febre Amarela e à Dengue, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF e CSP. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Pela ordem, Sra. Presidente?

**(Assentimento)**

Gostaria de saber em que dia, a Comissão Especial de Investigação irá se reunir. Faço esta pergunta ao Sr. Presidente Dobrandino. Na minha opinião, a Comissão de Investigação tem que trabalhar diariamente, cada 10, 15 dias.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Gostaria que o nobre Deputado Marcelo Rangel perguntasse, no plenário mesmo, entre o Presidente Dobrandino e os demais membros da comissão, porque não cabe neste momento - é uma questão de ordem e estamos no processo de votação. Gostaria que o Deputado compreendesse e se dirigisse ...

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Quero dizer que também não entendi, porque poderia deixar até acabar o Plenário, nós estamos votando, mas estou pronto para responder ao Deputado Marcelo, a hora que ele quiser.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

**ITEM 03**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 341/07, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo à Pecuária de Leite. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CAICTM.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2484, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.**

**1ª Discussão**

**ITEM 04**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 289/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a Mão Verde - Instituto Paranaense de Incremento às Ações Sociais e Ecológicas, com sede e foro nesta capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 033/07, de 23/04/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 289/07

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, tem por escopo declarar de utilidade pública a Mão Verde - Instituto Paranaense de Incremento às Ações Ecológicas e Sociais, com sede e foro nesta capital.

**Fundamentação**

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Entretanto, devido o Estatuto da referida Associação prever outra denominação e a sede e foro serem de municípios diferentes, sugere-se a emenda substitutiva geral em anexo, com fulcro no artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável, na forma da emenda substitutiva anexa.

Sala das Comissões, em 20.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 289/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária à apresentação da presente emenda substitutiva, para contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Mão Verde - Instituto Paranaense de Incremento às Ações Ecológicas e Sociais, com sede e foro nesta capital.”

Sala das Comissões, em 20.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 457/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que declara de utilidade pública a Rede de Combate ao Câncer, Regional de Astorga, com sede e foro no município de Astorga. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 068/07, de 20/06/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 457/07

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei declara de utilidade pública a Rede de Combate ao Câncer, Regional de Astorga, com sede e foro no município de Astorga.

**Fundamentação**

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 530/07, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de utilidade pública o Centro de Educação Infantil Pequeno Anjo, com sede e foro no município de São José dos Pinhais. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 085/07, de 01/08/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 530/07

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei declara de utilidade pública o Centro de Educação Infantil Pequeno Anjo, com sede e foro no município de São José dos Pinhais.

**Fundamentação**

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

**Conclusão**

Desta forma, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 550/07, de autoria do Deputado Luiz Malucelli, que declara de utilidade pública a FEMOTIBA - Federação Democrática das Associações de Moradores, Clubes de Mães, Entidades Benéficas e Sociais de Curitiba, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 087/07, de 06/08/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 550/07

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Malucelli, declara de utilidade pública a FEMOTIBA - Federação Democrática das Associações de Moradores, Clubes de Mães, Entidades Benéficas e Sociais de Curitiba, com sede e foro no município de Curitiba, Paraná

**Fundamentação**

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**Requerimentos**

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2472, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Só estou pedindo que o nosso Presidente da COHAPAR, Rafael Greca, nos informe, a partir de uma lei aprovada por todos os nossos Parlamentares aqui, que determina que 20% das habitações, a partir da lei, já sendo lei no Paraná, foi colocada à disposição das mulheres. É um projeto que eu chamo de origem de quem teve dificuldade de fazer a sua casa e que a mãe é a responsável, é a chefe da casa, que não tem o pai.

Então, esse projeto determina que 20% das habitações do Paraná sejam colocadas à disposição das mães que são as chefes das casas. E eu queria saber, de todos os imóveis a partir da lei, se foi cumprida essa lei, se 20% das casas foram entregues às mãezinhas que são chefes de famílias, que não têm um marido e que cuidam dos seus filhos como a mulher e como o pai também. Eu

pediria a aprovação dos companheiros para vermos se a lei está em funcionamento.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)**

Quero encaminhar favoravelmente ao requerimento, porque a resposta que o Deputado Jocelito vai receber por parte da Companhia da Habitação do Paraná, a COHAPAR, vai surpreender. Na verdade, o índice é muito superior aos 20% que a lei obriga, Deputado Jocelito, até por conta que foi um dos critérios observados na nossa política estadual de habitação essa sua preocupação.

A mulher, nós sabemos que com essa fragilização da família, ela é muito mais garantidora do lar, da casa, do que o homem. E uma das preocupações foi justamente titular as unidades em nome das mulheres.

Por isso, sou favorável e V. Exa. vai verificar que o número chega muito próximo de 50%, se não passar dos 50%, o número de imóveis que são titulados em nome das mulheres, por conta, justamente, desse critério que definimos na nossa política estadual de habitação. Por isso, somos favoráveis à aprovação desse requerimento, para que o Deputado Jocelito veja como esses números são interessantes.

**A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

Está em votação o requerimento. **Aprovado.**

**O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)**

Parabéns pela maneira como V. Exa. está presidindo a Sessão.

Presidente, está sendo distribuída aqui a pauta da Sessão de amanhã, que está sendo antecipada para hoje.

**A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

Deputado Belinati, é a Sessão Ordinária de amanhã, ela foi antecipada, mas continua sendo Ordinária, Deputado, apenas antecipada.

Requerimento nº 2475, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Rejeitado.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)**

Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Queria pedir o apoio de V. Exas. para que possamos rejeitar o presente requerimento do Deputado Jocelito Canto. Hoje eu estou numa fase de concordância com o Deputado Jocelito Canto, mas quero divergir, porque, infelizmente, o teor do requerimento apresentado pelo Deputado Jocelito Canto falta com a verdade, porque a bancada que sustenta o Governo não se movimentou para impedir a homenagem à pessoa que queria o Deputado Jocelito e outros Deputados, que fosse nominado o Hospital Regional de Ponta Grossa.

Quero dizer e o Deputado Jocelito sabe muito bem que não foi a bancada, que não partiu da Liderança do Governo e da Bancada do Governo. A iniciativa partiu de um Parlamentar, o Deputado Jocelito sabe quem é que fez, na verdade, a emenda e coletou as assinaturas.

Quero dizer que, infelizmente, esse requerimento, vamos encaminhar contrário à aprovação dele, porque no seu conteúdo ele falta com a verdade. Este é o nosso encaminhamento. Vamos pedir à bancada para rejeitar este requerimento.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)**

Sra. Presidente, pediria, antes de encaminhar, que V. Exa. fizesse a leitura do requerimento para que todos tomassem conhecimento.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Douglas Fabrício)**

(Procede à leitura do requerimento do Deputado Jocelito Canto de envio de expediente à família do engenheiro Marcelo Barbur, apresentando desculpas pela retirada do Projeto de Lei nº 085/07, alegando que o Governo do Estado movimentou sua bancada no sentido de impedir que a homenagem partisse do Legislativo. Requer também envio de expediente à família citada).

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Sra. Presidente, só queria dizer que eu entendo mas não compreendo o pronunciamento do eminente Deputado Romanelli. Ele diz que não foi uma manobra do governo. Eu tenho ética, sou radialista e quando se usa a expressão “in off”, não sou jornalista formado, mas sou radialista da vida, e por questão de “off” eu não vou citar aqui as fontes, porque eu poderia descaracterizar o pronunciamento do Romanelli, até por respeito às pessoas que eu não quero expor. Só lamento que o Governador tenha feito essa interferência, como fez no Palácio Tibagi.

A partir de hoje não vou nominar mais ninguém, deixe que seja feito pelo Governador. Só lamento que este Poder, temos tão poucas coisas para fazer, não podemos passar um imóvel para os municípios, porque é inconstitucional, não podemos legislar na causa financeira porque não compete a esta Casa. O que sobra para nós? Fazermos poucas leis, geralmente das 100 leis que são feitas, 90 não funcionam, não são fiscalizadas. V. Exa. pode pegar as suas leis e ver, aqui, se a senhora fez 10 leis, 8 não funcionam, por mais boa vontade que V. Exa. tenha. Qual é o poder que nós temos? De dar título de Cidadão Honorário, de fazer projetos às vezes encaminhados pelo Governo.

Então, só lamento, e não vou citar nomes por questão de ética, que algum Deputado que eu não sei quem é, jamais colocaria que um Deputado desta Casa tirou um dos poucos poderes que nós tínhamos de fazer uma lei, porque a lei está acima do decreto do Governador. Tem momentos que somos superiores ao Governo, que é o momento de fazermos uma lei. Ele pode vetar depois e

podemos derrubar o veto ou manter o veto. No momento em que o Governador consegue que um Deputado desta Casa faça uma emenda dizendo que só caberá ao Governador fazer o decreto, estamos tirando o pouco poder que nós temos e estamos dando ao homem do outro lado da rua, o Roberto, que é irmão do Maurício. Mas quando um Deputado desta Casa, que não quero, por questão de ética e respeito, citar o nome - o Deputado Romanelli pode citar se quiser, cabe a ele dizer a esse Parlamento quem foi o Deputado que tirou o poder deste Parlamento.

Fica registrado nos Anais desta casa que eu não sei quem é o Deputado, o Deputado Romanelli sabe. V. Exa. falou que foi um Deputado que saiu catando as assinaturas dos outros e protocolou para fazer o pedido. Foi um Deputado e ele mantém o segredo a 7 chaves. Lamento que esse Deputado, que está escondido atrás do coração do Deputado Romanelli, tirou o poder desta Casa. Esta Casa tem o poder de fazer uma Lei, e esse Deputado, que deve ser do partido do Deputado Romanelli, tirou um dos poucos poderes que esta Casa tem.

Sra. Presidente, como se diz na guerra: deu um tiro no próprio pé, dentro do próprio quartel. No próprio companheiro foi o tiro, não foi para fora, foi para dentro o tiro. A pólvora voltou e deu no pé dele. Quem fez isso tira o poder.

Só peço aos companheiros que me ajudem a aprovar esse requerimento, que fizemos em homenagem ao ex-Secretário Marcelo Barbur de Ponta Grossa, que era um homem de visão que gostava de coisas belas em Ponta Grossa, fazer uma homenagem a ele.

Deputado Romanelli, veja como foi infeliz essa jogada, porque os 4 Deputados de Ponta Grossa assinaram consolidando que há um Hospital Regional, em Ponta Grossa, que o Governo fez.

V. Exa. tem um documento assinado por todos agradecendo a obra. Daí o senhor pede para tirar o nome que os 4 Deputados de Ponta Grossa colocaram.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Questão de Ordem)**

Eu não pedi, Exa.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Pedi para cancelar.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Questão de Ordem)**

Não é verdade, V. Exa. sabe disso, não fui eu e nem foi a Liderança do Governo que encaminhou isso.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Então não foi o senhor, o senhor não quer confessar que participou disso.

Vou lhe pedir uma gentileza, deixe aprovar o requerimento para me desculpar com a família. É ruim para a família saber que passou em 1ª votação, passou na CCJ e, depois por uma manobra. Deixe-me pedir descul-

pas em nome deste Parlamento. Já que V. Exa. não deve nada, não fez nada, autorize essa bancada a votar o requerimento, só isso. Mas, se o senhor mantiver que é para derrubar o requerimento, daí V. Exa. estará assumindo que deu o tapa do gato.

**A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

Está em votação o requerimento. **Aprovado.**

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)**

Verificação de votação, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

Será feita a verificação de votação.

Solicito ao 1º Secretário, Deputado Douglas Fabricio.

Os Deputados que aprovam queiram levantar-se. Doze Deputados aprovam o requerimento.

Os Deputados que rejeitam queiram levantar-se. Vinte e dois Deputados rejeitam o requerimento.

**Está rejeitado o requerimento.**

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)**

Sra. Presidente, queria invocar o artigo 182 do nosso Regimento Interno, porque o Projeto de Lei nº 537/07, que está em regime de urgência, já se encontra há mais de 48 horas na Comissão de Obras para receber o parecer. A mesma, infelizmente, pela interlocução que eu tive com o Deputado Marcelo Rangel que preside, diz que a Comissão de Obras está em obstrução.

Então, como S. Exa. resolve estar em obstrução e o nosso Regimento prevê que esta matéria, por conta do artigo 182, pode vir a Plenário, quero requerer aqui que o projeto, se for necessário ser restaurado, para a Diretoria Legislativa, conste na Ordem do Dia para ser votado, mesmo sem o parecer da Comissão de Obras.

**O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Pela Ordem)**

Temos uma reunião na quinta-feira, amanhã, a Comissão de Obras, Transportes e Comunicação estará se reunindo.

O Deputado Romanelli está afirmando que a Comissão está em regime de obstrução. Talvez esse termos seja muito comum aqui, principalmente na Bancada Governista, porque estão fazendo a mesma coisa com todos os meus projetos, com todos os meus requerimentos aqui na Assembléia Legislativa.

Mas peço à Assembléia Legislativa que espere até a reunião de amanhã, da Comissão de Obras, Transportes e Comunicação.

**A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

Tendo em vista a explicação do Deputado Marcelo Rangel, que está marcada para amanhã, vamos esperar que ocorra a primeira reunião.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Só formulei a questão de ordem por conta da explicação pessoal que havia sido dada pelo Deputado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

A questão de ordem será encaminhada para o Presidente desta Casa, Nelson Justus.

Requerimento nº 2485, de autoria do Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2486, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2482, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 2487, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Pela Ordem**)

Sra. Presidente, faço um pedido à Mesa Executiva para que façam a leitura do meu requerimento.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Convido o 1º Secretário, Deputado Douglas Fabrício.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Douglas Fabrício**)

(**Procede à leitura do requerimento do Deputado Marcelo Rangel**).

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Para Encaminhar**)

Apresentei esse requerimento porque na Câmara Municipal da cidade de Ponta Grossa levantaram-se suspeitas a respeito do contrato da licitação efetuada com a empresa que fez o projeto arquitetônico do Hospital Regional de Ponta Grossa. Existem muitas denúncias e precisamos investigar aqui na Assembléia Legislativa do Paraná.

Mas, Sra. Presidente, faço um pedido especial: estou retirando esse requerimento porque estarei apresentando através da Comissão de Obras.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

O requerimento está em fase de encaminhamento para votação e não pode ser retirado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Realmente o Deputado Romanelli tem razão, não podemos retirar o requerimento porque já está em votação.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Pela Ordem**)

Solicito à Bancada da Oposição que votem contrários a esse requerimento de minha autoria, porque vou

formulá-lo novamente pela Comissão de Obras.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

O senhor está encaminhando contrariamente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Uma vez que o próprio autor encaminhou pela rejeição, eu não vou perder o tempo de S. Exas. aqui.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

O Deputado Marcelo Rangel cometeu um erro e não foi maldade. Ele cometeu o mesmo erro que eu cometi. Há dias atrás andei investigando o Sr. Forte Neto, andei buscando investigações sobre o Paraná Urbano e cometi o mesmo erro que o Deputado Marcelo Rangel acaba de cometer nesse requerimento que está aí. Ele pede informações sobre o projeto e a licitação. Isso aí não tem o que pedir informação porque a licitação já foi mostrada, já recebemos documentos. O que o Deputado Marcelo Rangel quer, na verdade, é a cópia de quem fez o projeto arquitetônico, que não contempla, Deputado Marcelo Rangel, o seu requerimento. O dinheiro não é do estado, o dinheiro é da Prefeitura de Ponta Grossa, quem pagou o projeto arquitetônico foi a Prefeitura de Ponta Grossa.

Então, foi aí que V. Exa. cometeu o erro, que eu também cometi quando pedi informações. E o meu pedido de informação, se o Secretário quisesse, ele poderia ter mandado quanto custou o projeto arquitetônico, mas ele fez de conta que não viu, foi a mesma coisa que o Romanelli fez aqui, agora, nessa história desse negócio.

Então, Sra. Presidente, o que eu queria dizer é o seguinte: lá em Ponta Grossa está acontecendo um negócio da China, acho que o Requião não sabe, acho que o Governador não sabe. Lá em Ponta Grossa, o Vereador Polini foi à Câmara de Vereadores e fez uma denúncia dizendo que todas as obras do Paraná Urbano, liberadas pelo Governo do Estado, estão sendo feitas através de carta-convite.

Não tem nada de ilegal, carta-convite. Escolhe-se 3 empresas, o Prefeito manda as cartas-convites para as empresas, mas por ironia do destino, e é isso que o Deputado Marcelo Rangel quer saber, por ironia do destino, Sra. Presidente, as cartas-convites são todas de escritórios aqui de Curitiba, são umas 10 licitações, e quem faz os projetos de arquitetura lá do hospital, da rodoviária, de todas as obras do estado, são os escritórios aqui de Curitiba, que são compadres do Forte Neto, são compadres, a palavra é essa: é compadre, amigo, companheiro, fizeram o projeto juntos, têm livros escritos juntos.

Vou trazer uma documentação, nos próximos dias, sobre o caso. Existe imoralidade, ilegalidade nisso? Não sei, depende de que ponto vai se ver isso, se vai se ver do ponto municipal ou estadual, mas o Secretário repassa o recurso à Prefeitura e o Prefeito repassa ao Secretário o

direito de ele indicar essas empresas, que são ligadas ao Secretário Forte Neto. É ligado a ele, é só pegar o Google, pega o Google, entra lá que você vai ver: Luciana Requião, que é uma das que faz os projetos, já fez plano diretor de Ponta Grossa, fez Hospital Regional. Aí você entra, tem uma Hardy lá, outra empresa, que também é ligada a esse grupo; aí você vê JW Montoya, também fez o projeto para a Prefeitura de Ponta Grossa. E tem uma quarta empresa que também faz projetos para a Prefeitura de Ponta Grossa. Cartas-convites que são feitas com direito que cabe. É assim.

Então, o Deputado Marcelo Rangel, o que ele queria saber é exatamente isso, porque o Vereador fez a denúncia lá, como é que essas empresas conseguem pegar tudo em Ponta Grossa? E me parece que não é só em Ponta Grossa, precisa ver, tem mais plano diretor sendo feito por essas empresas.

Então, vou acompanhar o companheiro Marcelo Rangel e vou votar contrário ao requerimento. Mas queria deixar esse registro aqui.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Está em votação o requerimento.

Deputados que aprovam permaneçam como estão.  
**Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Verificação de votação.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Vai se proceder à verificação de votação.

Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

**Está rejeitado, por unanimidade.**

Requerimento nº 2490, de autoria dos Deputados Valdir Rossoni, Marcelo Rangel, Luiz Malucelli e Douglas Fabrício, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Nós encaminhamos favoravelmente à aprovação desse requerimento, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Gostaria de encaminhar, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Deputado Valdir Rossoni, Líder da Bancada da Oposição, tem a palavra para o encaminhamento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Para Encaminhar**)

Gostaria de pedir a leitura do requerimento.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Solicito ao 1º Secretário que proceda à leitura do requerimento.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Douglas Fabrício**)  
(**Procede à leitura do requerimento**)

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Em votação o requerimento. **Aprovado.**

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Pela Ordem**)

Gostaria de marcar a reunião da Comissão de Obras, Transportes e Comunicação para amanhã às 15h. Convido a todos para a reunião.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Requerimento nº 2491, de autoria dos Deputados Valdir Rossoni, Marcelo Rangel, Luiz Malucelli e Douglas Fabrício, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Encaminhamos favoravelmente a esse projeto.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Requerimento nº 2494, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Sra. Presidente, pediria que fosse lido o meu requerimento, porque estou sendo cassado por dar R\$ 100 mil à Santa Casa, porque levei o cheque. Aqui, numa propaganda do estado, está aparecendo uma propaganda eleitoral minha, e eu não tenho nada a ver com isso.

Então, gostaria que fosse lido o requerimento, para que fique registrado nos Anais desta Casa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Queria dizer que vai constar nos Anais, de qualquer forma, o requerimento do Deputado Jocelito. A Liderança do Governo encaminha favoravelmente à aprovação do requerimento.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Devidamente registrado, Deputado Romanelli.

Gostaria de informar ao Deputado Jocelito que quando o requerimento chega à Mesa, normalmente é encaminhado às lideranças e as lideranças, tanto da Oposição, do Governo, dos partidos, têm acesso.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Mas o Deputado Chico está dizendo que quer saber e não sabe, Sra. Presidente. Então, pediria a senhora a lei-

tura do requerimento.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Poderemos, no caso, encaminhar ao Deputado Chico Noroeste.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Então, vou fazer o encaminhamento.

**(Assentimento)**

**(Lê requerimento)**

Então, Sr. Presidente que assumiu a Mesa agora, Deputado Cleiton Kielse, estou com uma cópia do jornal da Secretaria da Educação. De julho de 2007. É um jornal bonito, que conta a história do trabalho que o estado fez para os quilombolas. É uma ação bonita do Governo, mas, infelizmente, tem duas propagandas aqui, sendo uma minha e outra do Governador Requião. Sei que é após a eleição, mas não queria que isso servisse de ensejo para alguém, depois, dizer que fui eu que coloquei. Não tenho nada a ver com isso. É uma coisa que foi feita pelo Governo, pela Secretaria da Educação. Isso poderia ser retirado do computador na hora da impressão. Acho que houve um erro, não é de maldade, mas só quero fazer o registro para eu não sofrer uma nova ação do Ministério Público, dizendo que estou me autopromovendo.

Lamento fazer isso, mas tenho que fazer esse comunicado para me preservar, porque, como eu disse, o que os outros podem eu não posso. Então, só quero fazer esse registro de que não tenho nada a ver com esse adesivo do Governador e esse adesivo do Jocelito que está aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. TERUO KATO (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Gostaria de registrar a presença, nesta Casa, do empresário Hélio Minoru, da Indemil de Paranavaí.

O SR. PRESIDENTE (**Cleiton Kielse**)

Será registrado nos Anais da Casa.

Já lido e encaminhado o requerimento, colocamos em votação. Está em votação o requerimento. Deputados que aprovam permaneçam como estão.

**Aprovado.**

Requerimentos n°s 2495 a 2497, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente.

**Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento n° 2498, de autoria do Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento n° 2500, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento n° 2502, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

### ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, conforme requerimento aprovado de autoria do Deputado Edgar Bueno, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 289, 457, 530 e 550/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 317, 534, 562 e 563/07.

Levanta-se a Sessão.





## S U M Á R I O

### **DIÁRIO Nº 098**

### **89ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva.....25**

**Presenças.....25**

**Abertura da Sessão .....25**

#### **Expediente:**

Requerimentos.....25

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli ... 26

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 26

Discussão/Votação

2ª Discussão ..... 26

1ª Discussão ..... 27

Requerimentos..... 28

**Encerramento da Sessão ..... 28**

### **DIÁRIO Nº 098**

### **89ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 89ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE AGOSTO DE 2007**

(quarta-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência da Sra. Deputada Cida Borghetti, secretariada pelo Sr. Deputado Douglas Fabrício e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

#### **Presenças:**

Às dezesseis horas e vinte e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duflío Genari, Edson Strapasson, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior,

Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (37).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Ademar Traiano, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Durval Amaral, Edgar Bueno, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Miltinho Pupio, Ney Leprevost e Osmar Bertoldi (15).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Nelson Justus e Felipe Lucas (02).

Verificada a existência de número legal, a Sra. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

#### **Abertura da Sessão:**

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

#### **Expediente:**

#### **Requerimentos**

REQUERIMENTO Nº 2504

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos votados na presente Sessão Plenária e que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 22.08.07.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

#### REQUERIMENTO Nº 2505

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Ordinária de 27/08/07 em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação do Projeto de Lei nº 537/07 - Mensagem 029/07.

Sala das Sessões, em 22.08.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoiamento:

Beti Pavin, Péricles de Mello, Waldyr Pugliesi, Alexandre Curi, Professor Luizão, Mamede, Stephanes Júnior, Edson Strapasson, Pedro Ivo, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Dobrandino da Silva, Luiz Nishimori, Luiz Malucelli, Cleiton Kielse, Luiz Eduardo Cheida e Nereu Moura.

### **Horário das Lideranças:**

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Não havendo oradores inscritos nem no Pequeno, nem no Grande Expedientes, passa-se ao Horário das Lideranças: PTB, PDT, Bloco PPS/PMN, Bloco PSB/PL/PRB/PV, Democratas, PP, PT, PSDB, PMDB.

(Declinam).

Liderança da Oposição.

(Declina)

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli.

### **Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSDB)**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Quero fazer um convite aos Deputados que possam estar interessados sobre um debate. Amanhã às 9h30, no gabinete do Secretário de Estado da Fazenda haverá uma discussão, sobre um anteprojeto de lei, que deverá ser encaminhado a esta Casa, relativo ao Imposto sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doação de quaisquer bens ou direitos, o ITCMD, a ser realizado por técnicos da Coordenação da Receita do Estado. Amanhã, às 9h30.

Portanto, os Srs. Deputados que se interessarem, estão convidados a participar desse debate prévio, sobre esse projeto.

### **Ordem do Dia:**

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

### **Leitura do Expediente**

Sobre a mesa, Requerimento nº 2205, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, com apoio do Deputado Waldyr Pugliesi, Nereu Moura, Tadeu Veneri e demais Deputados, constante do expediente, solicitando a transformação da Sessão Ordinária de 27 de agosto de 2007 em Comissão Geral de Plenário, para discussão e votação do Projeto de Lei nº 537/07, Mensagem nº 029/07.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para discutir, Sra. Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Não cabe discussão, Deputado Jocelito.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Quando se pede para discutir, adia-se, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Dado por recebido. Não há discussão, de acordo com o Regimento Interno da Casa.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

**Recebido pela Mesa, pela comissão, vai ao protocolo e volta, portanto, na segunda-feira, de acordo com o artigo 107, decorrido o prazo regimental, incluir no Plenário para deliberação. À DAP para providências.**

### **Discussão/Votação**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### **2ª Discussão**

#### **ITEM 01**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 289/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a Mão Verde - Instituto Paranaense de Incremento às Ações Sociais e Ecológicas, com sede e foro nesta capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 02**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 457/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que declara de utilidade pública a Rede de Combate ao Câncer, Regional de Astorga, com sede e foro no município de Astorga. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 03**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 530/07, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de utilidade pública o Centro de Educação Infantil Pequeno Anjo, com sede e foro no município de São José dos Pinhais. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 550/07, de autoria do Deputado Luiz Malucelli, que declara de utilidade pública a FEMOTIBA - Federação Democrática das Associações de Moradores, Clubes de Mães, Entidades Benéficas e Sociais de Curitiba, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**1ª Discussão****ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 317/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública o MOOPAR - Movimento Pró-Alto Boqueirão e Região, com sede e foro nesta capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 038/07, de 22/05/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 317/07

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei declara de utilidade pública o MOOPAR - Movimento Pró-Alto Boqueirão e Região, com sede e foro nesta capital.

**Fundamentação**

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 534/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores das Comunidades Rurais de Campo Redondo, Bela Vista e Regiões - AMOR, com sede e foro no município de Araucária. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 085/07, de 01/08/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 534/07

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores das Comunidades Rurais de Campo Redondo, Bela Vista e Regiões - AMOR, com sede e foro no município de Araucária.

**Fundamentação**

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 562/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que declara de utilidade pública a Fundação Educere de Campo Mourão, com sede e foro no município de Campo Mourão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 088/07, de 07/08/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 562/07

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei declara de utilidade pública a Fundação Educere de Campo Mourão, com sede e foro no município de Campo Mourão.

**Fundamentação**

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, a súmula do presente projeto é omissa quanto à sede e foro da Fundação que se pretende declarar de utilidade pública, e o artigo 1º quanto ao foro da Fundação. Deste forma, sugere-se a emenda aditiva em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná.

#### **Conclusão**

Desta forma, somos de parecer favorável na forma da emenda aditiva em anexo.

Sala das Comissões, em 20.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 562/07**

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda aditiva, para contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Fundação Educere de Campo Mourão, com sede e foro no município de Campo Mourão, Paraná.”

Sala das Comissões, em 20.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### **ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 563/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de utilidade pública a Instituição de Ensino e Pesquisa Oftalmológica de Maringá - HOFTALMAR, com sede e foro no município de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 088/07, de 07/08/07, em Projetos de Lei).**

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 563/07**

**P A R E C E R :**

#### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei declara de utilidade pública a Instituição de Ensino e Pesquisa Oftalmológica de Maringá, com sede e foro no município de Maringá, estado do Paraná.

#### **Fundamentação**

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Entretanto a sigla HOFTALMAR não consta no Estatuto Social registrado ou na Ata da Assembleia Geral de Constituição da Instituição que se pretende declarar de utilidade pública. Deste forma, sugere-se a emenda supressiva em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 1º

do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná.

#### **Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável, na forma da emenda supressiva em anexo.

Sala das Comissões, em 20.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 563/07**

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda supressiva, para contar com a seguinte redação:

“Súmula:

Declara de utilidade pública a Instituição de Ensino e Pesquisa Oftalmológica de Maringá, com sede e foro no município de Maringá.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Instituição de Ensino e Pesquisa Oftalmológica de Maringá, com sede e foro no município de Maringá.”

Sala das Comissões, em 20.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### **Requerimentos**

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2504, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

#### **Encerramento da Sessão:**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 150, 256, 355 e 459/07.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 289/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 371, 534, 562 e 563/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 377, 465 e 537/07.

Levanta-se a Sessão.